



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001736-31.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Carlos Sérgio Ibanhes**
 Requerido: **Banco Panamericano S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ter celebrado contrato de empréstimo com o réu para quitação em 48 parcelas de R\$ 376,07 cada uma.

Alegou ainda que adimplido o ajuste foi surpreendido com a continuidade dos descontos e, como se não bastasse, com a informação de que o número total das parcelas a seu cargo seria de 60 e não 48.

Já o réu em contestação arguiu preliminar que se entrosa com o mérito da causa, bem como reconheceu os fatos articulados pelo autor e confirmou que a transação em apreço foi firmada por meio de instrumento que previa a obrigação do mesmo em pagar o valor emprestado em 60 parcelas.

Instruiu a peça de resistência com o contrato de fls. 30/32, o qual respalda integralmente sua explicação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Nesse sentido, fica patente que o montante liberado ao autor (R\$ 11.589,21) deveria ser saldado em 60 prestações de R\$ 376,07 cada uma.

O contrato possui a assinatura do autor, não refutada em momento algum.

Tal cenário favorece o réu por deixar claro que a contratação implementada se deu na esteira do que ele sustentou.

É relevante notar que o autor deixou de manifestar-se sobre a contestação e os documentos que a instruíram (fls. 92 e 94), além de não demonstrar interesse pelo alargamento da dilação probatória (fls. 95 e 98).

Dessa forma, e à míngua de impugnação específica aos dados amealhados pelo réu ou de elementos consistentes que se contrapusessem a eles, conclui-se que não houve qualquer irregularidade nos descontos ao benefício do autor que sucederam após maio de 2015.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Torno sem efeito a decisão de fls. 15/16, item 1, oficiando-se de imediato ao INSS.

P.R.I.

São Carlos, 16 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**